

ASSIM DEFENDEMOS:

AUTARQUIAS

- Criação de Gabinetes de Apoio aos Seniores, nomeadamente no apoio a aplicações informática (Segurança Social Direta, e-fatura, Portal das Finanças entre outras), em todas as freguesias e uniões de freguesias;
- Criação de um sistema de transporte municipal gratuito, preferencialmente elétrico, para transportar doentes e para distribuição de medicamentos;
- Criação de programas de formação para seniores para aquisição de competências e aumentar a literacia no uso das tecnologias de informação, nomeadamente permitindo o acesso à telessaúde e a consultas à distância;
- Programas de reabilitação urbana, elaborados pelas autarquias, com atenção privilegiada às habitações dos(as) munícipes seniores, adaptando-as arquitetonicamente à fase de envelhecimento e dotando-as de eficiência energética;
- Reforço do Fundo de Emergência Social (FES), que atenda a necessidades dos(as) idosos(as) em despesas prementes que não possam pagar nas áreas da saúde, da habitação ou outras;
- Apoio na Limpeza dos Terrenos, no caso de os(as) proprietários(as) não terem condições físicas ou não disporem de recursos económicos.



O Grupo +60 é um grupo de trabalho do Bloco de Esquerda. Analisa a situação dos(as) reformados(as), pensionistas e da população idosa. Propõe soluções e alternativas. Realiza todos os meses reuniões com participação online e presencial.

O Caderno Reivindicativo do Grupo +60 integral pode ser consultado e/ou descarregado no site do Bloco de Esquerda:

<https://www.bloco.org/>

Grupo +60 tem uma página na rede social Facebook

<https://www.facebook.com/be.grupomais60>

Grupo +60 pode ser contactado pelo e-mail

be.grupomais60@gmail.com

CONTACTA-NOS!



CADERNO REIVINDICATIVO

DO GRUPO +60

[Prioridades]

2023



O crescente peso social deste grupo etário, somos já 23,4 % da população portuguesa, ultrapassando os 2.400.000 pessoas com 65 anos ou mais, choca com a dura realidade vivida pelas idosas e pelos idosos portugueses que entra pelas nossas casas dentro, identificada no abandono, maus-tratos, desamparo e pobreza, pensões muito baixas, a que tantas vezes se encontram sujeitos.

É da nossa responsabilidade, enquanto coletivo trabalhar para que estas condições se alterem e para que esta fase da vida seja vivida com dignidade, com direito a uma vida boa!

Muitas das respostas das políticas para esta faixa etária são dadas no plano das Instituições Particulares de Solidariedade Social ou pelas Misericórdias, exigindo-se que o estado, em complementaridade, assumira com instituições públicas o que até hoje entregou a outros e que deveria ser de sua responsabilidade completa.

É no espírito de luta, que sempre nos levou a conquistar e a consolidar a democracia tal como a conhecemos e ir mais além, que apresentamos este caderno reivindicativo que reúne as principais reivindicações para que se produzam alterações que conduzam à melhoria de fim de vida de quem teve uma vida de trabalho e vive da sua pensão ou da sua reforma.

PRESTAÇÕES SOCIAIS

- Equiparação do valor do Indexante de Apoios Sociais ao valor calculado como o limiar da pobreza;
- Alargamento do acesso ao Complemento Solidário para Idosos, alterando os valores do cálculo do rendimento anual máximo para o requerer, passando o CSI a ser calculado a partir do valor do limiar da pobreza x 14 meses, considerando apenas e exclusivamente o rendimento do(a) requerente/casal e sendo pago em 14 prestações por ano.

REFORMA / PENSÕES

- Atualização extraordinária das pensões de reforma para recuperação do poder de compra perdido com os vários anos de congelamento;
- Convergência imediata do rendimento mínimo para valor equivalente ao estabelecido para o limiar da pobreza;
- Direito à reforma com 40 anos de descontos ou 65 anos de idade sem penalizações;
- Eliminação do corte resultante do fator de sustentabilidade nas reformas a atribuir e nas já atribuídas.

SERVIÇOS DIVERSOS

- Considerar o gás como um bem de primeira necessidade, com o tabelamento do custo e a redução de IVA para 6% do gás de botija e do gás canalizado;
- Generalização a todo o território nacional da atribuição automática das tarifas sociais existentes (água, internet, energia, resíduos).

SAÚDE

- Garantia de médico de família e/ou assistente para reformados(as) e/ou maiores de 65 anos;
- Reforço da Rede Nacional de Cuidados Continuados, nas vertentes de internamento e domiciliária.

TRANSPORTES / MOBILIDADE

- Gratuitidade nos transportes públicos para reformados(as) e/ou maiores de 65 anos em todo o país;
- Generalização de transportes inclusivos adaptados.

LARES E APOIO DOMICILIÁRIO

- Criação de um Serviço Nacional de Cuidados que integre soluções alternativas aos Lares;
- Fiscalização rigorosa dos lares, centro de dia e serviços de apoio domiciliária, de acordo com a legislação que permita uma intervenção corretiva imediata;
- Criação de uma Rede Pública de Apoio ao(à) Idoso(a), incluindo Estruturas Residenciais para Idosos(as) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e de Centros de Proximidade, em parceria entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Ministério da Saúde e Autarquias;
- Investimento na formação de profissionais para o desempenho destas funções.



HABITAÇÃO

- Atribuição de subsídio de renda para situações de carência financeira para reformados(as) e pensionistas e estabelecimento de tetos para rendas;
- Suspensão imediata das ações de despejo para reformados(as) e pensionistas, independentemente dos anos em que tenha residido na habitação;
- Investimento público para a implementação de soluções de habitação e coabitação sénior.

IRS

- Alteração da dedução específica do IRS, nomeadamente passar para 14 x valor equivalente ao estabelecido para o limiar da pobreza;
- Introduzir dois novos escalões da tabela de IRS, regressando assim aos oito escalões pré-troika, de forma a aumentar a progressividade e aliviar a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho;
- Tributação autónoma da meia pensão paga antecipadamente em outubro de 2022 de forma a que nenhum reformado(a) tenha o seu escalão de IRS aumentado.

CULTURA E LAZER

- Criação de legislação que garanta um desconto mínimo de 50% a maiores de 65 anos na entrada em todos os espaços culturais geridos pela administração central, regional ou local e por empresas públicas ou municipais.